

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social a integralizar	Capital	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2)	106.512	17.758	807	26.215	(137.490)	13.800	-	13.800
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	-	-	-	-	(1.148)	1.148	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	26.113	26.113	-	26.113
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2)	106.512	17.758	807	25.067	(110.229)	39.913	-	39.913
Integralização do capital social	2	-	-	-	-	-	2	-	2
Incorporação de São João por Tangará	-	870.092	-	-	-	-	870.092	21	870.113
Capitalização do empréstimo através de aumento de capital	-	301.045	-	-	-	-	301.045	-	301.045
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	-	-	-	-	(9.831)	9.831	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(63.963)	(63.963)	1	(63.962)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	7.977	-	(7.977)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	1.277.649	17.758	8.784	15.236	(172.338)	1.147.089	22	1.147.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(63.963)	26.113	(63.962)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização da mais valia alocada em ativo imobilizado	10	29.973	33.688	51.383
Amortização do mais valia alocada na aquisição de controladas	9	4.243	-	-
Depreciação de arrendamento	11	23	-	128
Juros sobre arrendamento	11	6	-	105
Encargos financeiros, líquidos	6 e 13	25.438	14.585	30.091
Baixa de ativo imobilizado	10	17	52	2.366
Resultado de equivalência patrimonial	9	62.272	-	-
Constituição de impairment nas controladas	10	-	-	119.158
Reversão de <i>impairment</i>	9	37.844	-	-
Amortização de UBP	8	85	86	85
Amortização de provisão para desmobilização	16	-	-	108
Provisão para contingências	15	(15)	25	77
Impostos diferidos	23	12.173	1.654	12.173
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber		48.175	31.893	(4.438)
Impostos a recuperar		(1.161)	(157)	(3.249)
Depósitos judiciais		(13)	-	(24)
Despesas antecipadas		(197)	1.429	1.082
Outros		(1.901)	(979)	(1.993)
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	8
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar		(5.929)	(7.403)	(10.514)
Salários e encargos sociais		(63)	-	(64)
Impostos e contribuições a recolher		(468)	2.228	(1.877)
Uso do bem público - UBP - Direitos de outorga	8	(423)	(349)	(423)
Outras contas a pagar		857	(279)	(382)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		146.973	102.586	129.838
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos		16.850	-	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	6	(154.910)	(37.870)	(140.837)
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada - principal	6	2.859	10.374	12.000
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada - juros	6	-	5	-
Pagamento de IOF sobre mútuos a receber	6	-	24	-
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	9	46.740	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	10	(30.945)	(1.194)	(34.674)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(119.406)	(28.661)	(163.511)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	18.300	-
Gastos com investimentos sociais	13	-	-	52
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	13	(45.000)	(68.576)	(23.968)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	13	(20.916)	(844)	(25.378)
Pagamento de IOF sobre empréstimos	13	-	(1)	-
Pagamento de arrendamento	11	(5)	-	(174)
Aumento de capital social	17	2	-	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(65.919)	(51.121)	(49.466)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(38.352)	22.804	(83.139)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		27.431	4.627	27.431
Adição de caixa por incorporação		26.000	-	123.741
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		15.079	27.431	68.033
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(38.352)	22.804	(83.139)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:		348	368	8.495
Valores pagos de CS:		2.309	1.442	6.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tangará Energia S.A. (“Tangará” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social a geração e a comercialização, inclusive na modalidade varejista, de energia de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Sociedade poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética, com prévia deliberação dos acionistas.

A Sociedade mantém e explora a Usina Hidrelétrica Guaporé (“UHE Guaporé”), com potência instalada de 120 MW, localizada no Município Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, nos termos do Contrato de Concessão de Geração n° 15/2000-ANEEL, e está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente de energia e autoprodutor de energia.

O início das operações comerciais da UHE Guaporé ocorreu no dia 08 de abril de 2003, com a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Em junho de 2003, a usina atingiu a condição de operação plena, com a operação comercial das três unidades geradoras, cada uma com potência instalada de 40 MW, resultando em uma potência instalada de 120 MW.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas, de acordo com o qual a Rede Energia S.A. - em recuperação judicial alienou à Turmalina Energética S.A. (“Turmalina”), sociedade que possuía sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e era, na época, integrante, do Grupo Brookfield, o controle da Sociedade. A efetiva transferência das ações e do respectivo controle da Sociedade ocorreu em 19 de maio de 2015.

Em 01 de setembro de 2017, a Sociedade incorporou sua controladora Turmalina Energética S.A., passando a ser controlada pelo Investimento Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 97,215% das ações, e investida da Santo Ivo Energética S.A, detentora de 2,78% das ações. Adicionalmente, desde 5 de agosto de 2015, a Sociedade tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,005% do capital social votante.

Além disso, a referida incorporação teve como efeito, dentre outros, a extinção da Turmalina Energética S.A., sendo registrados na Tangará os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da incorporada, inclusive a sua Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia.

Em 01 de outubro de 2021, a Sociedade incorporou sua então controlada São João Energética S.A, que foi extinta, tornando-se, portanto, sucessora da incorporada em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Em razão da referida incorporação, a Sociedade passou a ser controladora direta de Geração Centrais Eólicas RN Holding, Apollo Comercializadora Ltda., SPE Cristina Energia S.A., PCH Ze Tunin S.A., Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. e Geração Bioeletricidade Holding S.A.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sociedade detém outorgas de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos em 30 anos, contados a partir de 07 de julho de 1995.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021 estenderam o prazo de outorga da UHE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE Guaporé teve o prazo de sua outorga alterado para 17 de julho de 2026.

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 9.074/1995, a UHE Guaporé possui ainda o direito a solicitar prorrogação de sua concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação depende de aprovação do Poder Concedente, logo não há garantia se será concedida, nem em quais condições.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Lei nº 8.987/95, conhecida como Lei de Concessões, estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do poder concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Setores	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2003	06/06/2025
Parte relacionada	01/01/2019	31/10/2030

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Controladas indiretas (Eólicas)

A Sociedade possui controle indireto em empresas de geração de energia eólica denominadas de Geração Central Eólica Renascença I S.A. (“Renascença I”), Geração Eólica Renascença II S.A. (“Renascença II”), Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A. (“Renascença III”), Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A. (“Renascença IV”) e Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A. (“Ventos de São Miguel”), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração de parques eólicos, no município de Parazinho, estado do Rio Grande do Norte.

Investida	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL/MME	Vencimento do prazo da autorização
Renascença I	30	PRT 284/2011	02/05/2046
Renascença II	30	PRT 286/2011	04/05/2046
Renascença III	30	PRT 306/2011	13/05/2046
Renascença IV	30	PRT 345/2011	02/06/2046
Ventos de São Miguel	30	PRT 283/2011	02/05/2046

As controladas indiretas de eólicas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Cliente	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/09/2013	31/08/2033
Partes Relacionadas	01/01/2021	31/12/2025

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas (Biomassa)

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. ("Vista Alegre I"), Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A. ("Vista Alegre II"), Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda. ("Santa Cândida I") e Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda. ("Santa Cândida II") detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Usinas Termelétricas ("UTES"), na forma de produtores independentes de energia:

UTE	Potência em MW	Autorização ANEEL/MME	Local
Vista Alegre I	60	REA 1.745/2008	Maracaju – MS
Vista Alegre II	30	PRT 363/2014	Maracaju – MS
Santa Cândida I	30	RES 481/2001	Bocaina – SP
Santa Cândida II	55	PRT 391/2014	Bocaina – SP

As controladas indiretas de biomassa da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2018	31/12/2042
Partes relacionadas	01/01/2019	01/05/2030

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas diretas (Hidrelétricas)

A Sociedade por meio de suas controladas diretas Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. (“Rio Grande”), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A. (“PCH Zé Tunin”) e SPE Cristina Energia S.A. (“SPE Cristina”) detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Controlada	Potência em MW	Autorização ANEEL/MME	Local
Santo Antônio	Rio Grande	8,0	RES 1.454/2008	Bom Jardim – RJ
Caju	Rio Grande	10,0	RES 1.452/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
São Sebastião do Alto	Rio Grande	13,2	RES 1.453/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
Zé Tunin	PCH Zé Tunin	8,0	REA 2.994/2011	Guarani e Astolfo Dutra – MG
Cristina	SPE Cristina	3,8	RES 354/1999	Cristina – MG

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas diretas (Hidrelétricas)--Continuação

As controladas diretas hidrelétricas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Consumidor Livre	01/03/2010	30/11/2023
Parte Relacionada	01/02/2019	31/12/2023
Indústria	01/01/2010	31/12/2024

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

Controlada direta (Comercializadora)

Em 02 de outubro de 2019, foi realizado a 1º Alteração do Contrato Social pelo qual a São Carlos Energética Ltda. teve sua denominação social alterada para Apollo Comercializadora Ltda., bem como seu objeto social modificado para contemplar a comercialização de energia elétrica no mercado varejista.

Posteriormente, em 03 de outubro de 2019, foi realizada a 2º Alteração do Contrato Social, pelo qual, houve a saída das sócias Brookfield Energia Renovável S.A. e Brookfield Energia Renovável Participações S.A. para ingresso de São João Energética S.A. e Santo Ivo Energética S.A. através do contrato de compra e venda de ações celebrado na mesma data.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

Incorporação de São João Energética S.A por Tangará Energia S.A.:

Em 01 de outubro de 2021 ocorreu a Incorporação de São João Energética S.A por Tangará Energia S.A. em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais.

A aprovação pela Aneel ocorreu em 23 de junho de 2021 através do despacho número 1.872.

Foram registrados na Sociedade, os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da São João Energética S.A..

Balanço individual de incorporação em 1º de outubro de 2021:

	<u>01/10/2021:</u>
Caixa e equivalentes de caixa	26.000
Contas a receber	56.258
Despesas antecipadas	61
Dividendos a receber	18.447
Impostos a recuperar	4.205
Total ativo circulante	<u>104.971</u>
Investimento	1.482.866
Adiantamento para futuro aumento de capital	250
Total do ativo não circulante	<u>1.483.116</u>
Total do Ativo	<u>1.588.087</u>
Contas a pagar	12
Empréstimos e financiamentos	132.646
Impostos e contribuições a recolher	22
Total do passivo circulante	<u>132.680</u>
Empréstimos e financiamentos	585.315
Total do passivo não circulante	<u>585.315</u>
Capital Social	937.235
Prejuízo acumulado	(67.143)
Total do patrimônio líquido	<u>870.092</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.588.087</u>

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

Incorporação de São João Energética S.A por Tangará Energia S.A.:--Continuação

Balanço consolidado de incorporação em 1º de outubro de 2021:

	01/10/2021
Caixa e equivalentes de caixa	123.741
Contas a receber	40.515
Despesas antecipadas	3.098
Estoque	4.172
Impostos a recuperar	9.896
Outras contas a receber	4
Total ativo circulante	<u>181.426</u>
Depósitos restituíveis e valores vinculados	14.480
Depósitos judiciais	452
Imobilizado	1.687.641
Arrendamento	4.560
Total do ativo não circulante	<u>1.707.133</u>
Total do Ativo	<u>1.888.559</u>
Contas a pagar	57.645
Empréstimos e financiamentos	169.726
Impostos e contribuições a recolher	6.611
Dividendos a pagar	37
Arrendamento	339
Outras contas a pagar	5.602
Total do passivo circulante	<u>239.960</u>
Contas a pagar	10.310
Empréstimos e financiamentos	755.552
Provisões para contingências	3.137
Arrendamento	4.565
Outras contas a pagar	4.912
Total do passivo não circulante	<u>778.476</u>
Capital Social	937.235
Prejuízo acumulado	<u>(67.143)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>870.092</u>
Participação de acionistas não controladores	31
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.888.559</u>

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

Incorporação de São João Energética S.A por Tangará Energia S.A.:--Continuação

	<u>01/10/2021</u>
Receita operacional líquida	305.491
Custo de geração de energia	<u>(233.364)</u>
Lucro bruto	<u>72.128</u>
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	(3.754)
Outras despesas operacionais	<u>(53.319)</u>
	<u>(57.073)</u>
(Prejuízo) Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	<u>(15.055)</u>
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	12.659
Despesas financeiras	<u>(45.108)</u>
	<u>(32.449)</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(17.394)</u>
Imposto de renda e contribuição social	
Corrente	<u>(9.350)</u>
	<u>(9.350)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	<u>(26.744)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuível a:	
Controladora	(26.751)
Acionistas não controladores	7

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei n° 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei n° 11.638/07”), e pela Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei n° 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Em função da incorporação da São João pela Tangará em 1º de outubro de 2021 os resultados apresentados para o consolidado se referem as transações ocorridas a partir da data de incorporação.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da Tangará Energia S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações individuais e consolidadas.

O acervo líquido total de R\$870.092, que incluiu o prejuízo consolidado de 9 meses da São João Energética S.A no montante de R\$26.744 foi incorporado no patrimônio líquido da Tangará Energia S.A., conforme demonstrado na mutação do patrimônio líquido

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, dividendos a receber, mútuos a receber depósitos restituíveis e valores vinculados, uso do bem público – UBP – Direitos de Outorga, contratos de comercialização de energia e ativo financeiro.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, dividendos a pagar, uso do bem público (UBP), contratos de comercialização de energia e arrendamento.

c) *Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária*

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) *Outros ativos circulantes e não circulantes*

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 9), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

A mais valia apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foi amortizado de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

Na demonstração financeira consolidada, a mais valia foi alocada na rubrica do ativo imobilizado.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 10.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

j) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal para comercializadora do grupo e, ao final, concluiu que está atuando como Principal, visto que ela é a responsável por atender a obrigação de desempenho dos contratos celebrados com partes relacionadas. As transações de compra e venda de energia intragrupo operadas pela Sociedade são para fins de eficiência do portfólio do grupo, caracterizando-se desta forma como portfólio de Atacado, fora do escopo da NBC TG 48 (IFRS 9).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade e as controladas Bioeletricidade Holding, RN Holding e Apollo Comercializadora, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

Para as controladas que apuram os impostos sobre a renda de acordo com o lucro presumido, os impostos são apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

m) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque eólico. Tal provisão é registrada com base no fluxo de desembolso esperado trazido a valor presente.

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2021	2020
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	-
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	-
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	-
Controladas indiretas	2021	2020
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	100,00%	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	100,00%	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	100,00%	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	100,00%	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	100,00%	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	100,00%	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	100,00%	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	100,00%	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	100,00%	-

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidad
	2021	2020	2021
Caixa e depósitos bancários	6.202	5.479	19.866
Aplicações financeiras	8.877	21.952	48.167
Total	15.079	27.431	68.033

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidad
			2021	2020	2021
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	-	-	1.602
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	5.550	18.602	29.684
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	3.677
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	3.327	1.150	13.204
Banco Itaú S.A.	Compromissada	CDI	-	2.200	-
			8.877	21.952	48.167

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidad
	2021	2020	2021
Venda de energia	16.087	15.126	48.922
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	394	-	5.856
Contas a receber – partes relacionadas	14.899	7.920	13.221
Indenizações – parceiro de consórcio (**)	-	-	125.191
	31.380	23.046	193.190
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(125.191)
	31.380	23.046	67.999

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(**) As controladas indiretas da Sociedade mantêm valor a receber da Tonon Bioenergia S.A., correspondente à indenização prevista contratualmente, de forma a cobrir os custos incorridos na aquisição de energia por indisponibilidade de biomassa durante a safra 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019. Tais controladas estão se recuperando dos gastos incorridos com aquisição de energia durante a quebra de safra de cana-de-açúcar.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Saldo a vencer (*)	20.272	23.046	174.885
Saldo vencido até 30 dias	11.105	-	17.757
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	-	112
Saldo vencido de 91 a 180 dias	3	-	113
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	-	116
Saldo vencido há mais de 365 dias	-	-	207
Total	31.380	23.046	193.190

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
IRRF a compensar	3.930	120	5.195
IRRF sobre aplicações financeiras	702	44	1.490
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	143	380	744
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	2.038	1.442	2.645
Total impostos diretos	6.813	1.986	10.074
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	2	-	24
PIS - Programa de integração social	535	439	1.118
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	2.466	2.024	6.089
ISS a recuperar	-	-	27
Outros	29	29	292
Total impostos indiretos	3.032	2.492	7.550
	9.844	4.478	17.623

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

Credor	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	3.000	3.000	-
Pérola Energética S.A.	100.386	-	100.386
Santo Ivo Energética S.A.	-	-	389
Apollo Comercializadora Ltda.	-	31.660	-
	103.386	34.660	100.775

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Saldo inicial (*)	34.660	7.166	34.660
Liberação de recursos para partes relacionadas - com efeito	154.910	37.870	140.837
Exclusão do mútuo por incorporação – sem efeito caixa	(55.393)	-	-
Exclusão do mútuo por consolidação	-	-	(34.660)
Juros incorridos	-	3	-
Imposto sobre operação financeira	878	24	748
Amortização de principal - sem efeito caixa (**)	(28.810)	-	(28.810)
Amortização de principal – com efeito caixa	(2.859)	(10.374)	(12.000)
Amortização de juros	-	(5)	-
Pagamento de IOF	-	(24)	-
Saldo final	103.386	34.660	100.775

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

(**) Devido a incorporação ocorrida em 01 de outubro de 2021 de São João Energética S.A. por Tangará Energética houve um encontro de contas entre saldos de ativo e passivo.

Operação de mútuo realizada com a controlada Geração Biomassa Vista Alegre I durante o exercício de 2020, sem incidência de juros e com data de vencimento indeterminada.

Operação de mútuo realizada entre Tangará e Pérola Energética S.A. durante o exercício de 2021, sem incidência de juros e com data de vencimento indeterminada.

Operação de mútuo realizada entre Apollo e Santo Ivo Energética S.A. durante o exercício de 2021, sem incidência de juros e com vencimento em 31/12/2025.

Com a incorporação em 1º de outubro de 2021 de São João Energética S.A. pela Tangará Energia S.A. o mútuo entre elas no montante de R\$ 55.393, também foi incorporado, assim como, o encontro de contas entre saldos de ativo e passivo entre São João Energética S.A. e Apollo Comercializadora Ltda, sendo, portanto, extinto.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Depósitos restituíveis e valores vinculados (Consolidado)

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado
			2021
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	<u>14.472</u>
			<u>14.472</u>

As controladas da Sociedade possuem, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 14.472 depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de Outorga

A Sociedade, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Guaporé, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela FGV.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (pro rata temporis), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva.

A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público - Direitos de Outorga:

Saldos do ativo	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Saldo inicial (*)	383	469	383
Amortização	(85)	(86)	(85)
Saldo final	298	383	298

Saldos do passivo	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Saldo inicial (*)	815	1.164	815
Pagamento	(423)	(349)	(423)
Saldo final	392	815	392

Passivo circulante	310	310	310
Passivo não circulante	82	505	82

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de dezembro de 2021, estão assim distribuídos:

Após 2023	<u>82</u>
	<u>82</u>

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimento (Controladora)

Investidas	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	0,00%	200.396	152.115	13.599	29.279	200.396	-	6.546	-
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	0,00%	3.862	5.282	(1.420)	(185)	3.862	-	(3.038)	-
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	0,00%	20.512	21.900	954	2.127	20.509	-	551	-
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	0,00%	57.085	34.379	2.376	6.723	57.085	-	979	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	0,00%	166.585	236.015	68.210	48.690	166.566	-	9.705	-
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	0,00%	452.466	585.220	(81.403)	(22.008)	452.466	-	(77.015)	-
Mais valia alocada na aquisição de					-	-	410.664	-	-	-
Total					2.316	64.626	1.311.548		(62.272)	

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Aumento (Redução) de capital nas investidas	Dividendos	Impairment (*)	Amortização da mais valia	Incorporação de São João	Saldo em 2021
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	-	6.546	34.913	(3.231)	-	-	162.168	200.396
Apollo Comercializadora Ltda.	-	(3.038)	-	-	-	-	6.900	3.862
SPE Cristina Energia S.A.	-	551	1.885	(227)	-	-	18.300	20.509
PCH Zé Tunin S.A.	-	979	5.894	(564)	-	-	50.776	57.085
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	-	9.705	(63.082)	(16.197)	-	-	236.140	166.566
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	-	(77.015)	(26.350)	-	-	-	555.831	452.466
Mais Valia alocada na aquisição das controladas	-	-	-	-	(37.844)	(4.243)	452.751	410.664
Total	-	(62.272)	(46.740)	(20.219)	(37.844)	(4.243)	1.482.866	1.311.548

(*) Impacto da redução ao valor recuperável da mais valia da Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. registrado em Tangará devido ao registro de impairment.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimento (Controladora) -- Continuação

Principais informações sobre as empresas controladas

	2021		Lucro (prejuízo) do exercício
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	213.543	13.147	200.396
Apollo Comercializadora Ltda.	34.335	30.473	3.862
SPE Cristina Energia S.A.	23.279	2.767	20.512
PCH Zé Tunin S.A.	60.825	3.740	57.085
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	184.738	18.153	166.585
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	461.612	9.146	452.466
			13.599
			(1.420)
			954
			2.376
			68.210
			(81.403)

O mais valia alocado em ativos será amortizado conforme prazo de autorização de cada usina, conforme detalhado na Nota explicativa 1.

Para fins de cálculo da equivalência patrimonial, foi apurado o resultado de cada controlada, entre 1º de outubro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Em serviço				Em curso			Total	
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissões e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento		Mais valia na incorporação
31 de dezembro de 2019	1.743	122.541	74.394	23.279	21.139	305	136	271.116	514.653
Adições	-	-	3	-	-	246	945	-	1.194
Baixas	-	(277)	-	-	-	-	-	-	(277)
Transferência para Almoxarifado	-	-	-	-	-	(58)	-	-	(58)
Transferências	-	114	-	7	-	(20)	(101)	-	-
31 de dezembro de 2020	1.743	122.378	74.397	23.286	21.139	473	980	271.116	515.512
Adições	-	-	29.073	-	-	442	1.430	-	30.945
Baixas	-	(91)	-	-	-	-	-	-	(91)
Transferências	-	560	165	-	-	-	(725)	-	-
31 de dezembro de 2021	1.743	122.847	103.635	23.286	21.139	915	1.685	271.116	546.366
31 de dezembro de 2019	-	(54.550)	(25.507)	(7.940)	(9.521)	-	-	(123.757)	(221.275)
Adições de depreciação	-	(4.082)	(1.594)	(549)	(670)	-	-	-	(6.895)
Amortização da mais valia alocado	-	-	-	-	-	-	-	(26.793)	(26.793)
Baixas de depreciação	-	225	-	-	-	-	-	-	225
31 de dezembro de 2020	-	(58.407)	(27.101)	(8.489)	(10.191)	-	-	(150.550)	(254.738)
Adições de depreciação	-	(3.638)	(3.521)	(548)	(673)	-	-	-	(8.380)
Amortização da mais valia alocado	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	(21.593)
Baixas de depreciação	-	74	-	-	-	-	-	-	74
31 de dezembro de 2021	-	(61.971)	(30.622)	(9.037)	(10.864)	-	-	(172.143)	(284.637)
Total em 31 de dezembro de 2020	1.743	63.971	47.296	14.797	10.948	473	980	120.566	260.774
Total em 31 de dezembro de 2021	1.743	60.876	73.013	14.249	10.275	915	1.685	98.973	261.729

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)

	Em serviço							Em curso		Ajuste a valor recuperável	Total
	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edifícios, obras civis e benfeitorias	Provisão para desmobilização	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Mais valia na incorporação			
31 de dezembro de 2019 (*)	1.743	122.541	74.394	23.279	-	21.139	305	136	271.116	-	514.653
Adições	-	-	3	-	-	-	246	945	-	-	1.194
Baixas	-	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	(277)
Transferência para Almoarifado	-	-	-	-	-	-	(58)	-	-	-	(58)
Transferências	-	114	-	7	-	-	(20)	(101)	-	-	-
31 de dezembro de 2020 (*)	1.743	122.378	74.397	23.286	-	21.139	473	980	271.116	-	515.512
Incorporação de São João	17.825	1.323.988	183.193	116.039	3.479	126.444	5.107	16.980	-	(8.530)	1.784.525
Mais valia controladas	-	487.733	114.755	-	-	-	(180)	180	-	-	602.488
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(156.283)	(156.283)
Adições	-	-	29.073	-	-	-	435	5.166	-	-	34.674
Baixas	-	(2.550)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.550)
Transferências	-	2.875	165	-	-	-	-	(3.040)	-	-	-
31 de dezembro de 2021	19.568	1.934.424	401.583	139.325	3.479	147.583	5.835	20.266	271.116	(164.813)	2.778.366
31 de dezembro de 2019 (*)	-	(54.550)	(25.507)	(7.940)	-	(9.521)	-	-	(123.757)	-	(221.275)
Adições de depreciação	-	(4.082)	(1.594)	(549)	-	(670)	-	-	-	-	(6.895)
Amortização de mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.793)	-	(26.793)
Baixas de depreciação	-	225	-	-	-	-	-	-	-	-	225
31 de dezembro de 2020 (*)	-	(58.407)	(27.101)	(8.489)	-	(10.191)	-	-	(150.550)	-	(254.738)
Incorporação de São João	(4.951)	(426.418)	(51.925)	(32.052)	(788)	(34.755)	-	-	-	1.254	(549.635)
Mais valia controladas	-	(118.961)	(30.776)	-	-	-	-	-	-	-	(149.737)
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.125	37.125
Adições de depreciação	(67)	(22.333)	(4.332)	(1.354)	(27)	(1.783)	-	-	-	106	(29.790)
Amortização de mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	-	(21.593)
Baixas de depreciação	-	184	-	-	-	-	-	-	-	-	184
31 de dezembro de 2021	(5.018)	(625.935)	(114.134)	(41.895)	(815)	(46.729)	-	-	(172.143)	38.485	(968.184)
Total em:											
31 de dezembro de 2020	1.743	63.971	47.296	14.797	-	10.948	473	980	120.566	-	260.774
31 de dezembro de 2021	14.550	1.308.489	287.449	97.430	2.664	100.854	5.835	20.266	98.973	(126.328)	1.810.182

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2021 e 2020 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

As controladas SPE Cristina, PCH Zé Tunin e Rio Grande efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e 2021, e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos, a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizaram suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluíram que têm interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário, as usinas passaram a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este, agora, considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria n° 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

O mais valia alocada na aquisição de controladas é amortizado pelo prazo da autorização.

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)--Continuação

As controladas da Sociedade efetuam anualmente a revisão de mudanças circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica para efeito de teste de recuperabilidade de seus ativos, perante seu desempenho operacional e financeiro.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor recuperável da usina de geração de biomassa foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para o período remanescente da concessão da usina de geração de biomassa. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a queda na geração em decorrência a condições de mercado junto a parceiro de consórcio.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui em seu ativo consolidado uma provisão de impairment sendo:

	Custo	Depreciação	Impacto no resultado
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	6.792	(3.042)	3.750
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	77.564	-	77.564
Tangará Energia S.A. (*)	71.927	(34.083)	37.844
	156.283	(37.125)	119.158

(*) Impacto da reversão da mais valia da Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. registrado em Tangará pós incorporação de São João, conforme nota 9.

c) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

c) Extensão de outorga--Continuação

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Sociedade determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, vide tabela abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

c) Extensão de outorga—Continuação

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas de suas controladas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 as suas controladas reconheceram o montante adicional da tabela abaixo de R\$ 31.300, bem como extensão de listada na tabela abaixo, conforme divulgado pela CCEE.

Empresa	2021	2020	Extensão	Extensão	Extensão
			Outorga (meses) 2021	Outorga (meses) 2020	Outorga (meses) Total
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	13.534	12.158	14	65	79
PCH Zé Tunin S.A.	3.657	2.974	-	84	84
SPE Cristina Energia S.A.	1.609	1.441	4	27	31
Tangará Energética S.A.	29.073	-	12	-	12
	47.873	16.573			

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

Movimentação da controladora

Custo	Equipamentos
31 de dezembro de 2019	-
31 de dezembro de 2020	-
Adições	353
31 de dezembro de 2021	353
Amortização	
31 de dezembro de 2019	-
31 de dezembro de 2020	-
Adições de amortização	(23)
31 de dezembro de 2021	(23)
Total em 31 de dezembro de 2020	-
Total em 31 de dezembro de 2021	330

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento--Continuação

Movimentação do consolidado

Custo

	Terrenos	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2019 (*)	-	-	-
31 de dezembro de 2020 (*)	-	-	-
Adições	-	353	353
Incorporação de São João	4.295	859	5.154
31 de dezembro de 2021	4.295	1.212	5.507

Depreciação

31 de dezembro de 2019 (*)	-	-	-
31 de dezembro de 2020 (*)	-	-	-
Adições de depreciação	(33)	(95)	(128)
Incorporação de São João	(311)	(283)	(594)
31 de dezembro de 2021	(344)	(378)	(722)

Total em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021	3.951	834	4.785

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento--Continuação

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, e delimitados às outorgas das controladas indiretas da Sociedade, julho de 2026.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamento são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Valor nominal dos pagamentos futuros	397	-	12.394
Ajuste a valor presente	(43)	-	(7.207)
	<u>354</u>	<u>-</u>	<u>5.187</u>
Passivo circulante	110	-	455
Passivo não circulante	244	-	4.732

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>
	<u>Passivo</u>
Saldo inicial	-
Adições	353
Pagamento	(5)
Juros sobre arrendamento	6
Saldos em 31/12/2021	<u>354</u>

	<u>Consolidado</u>
	<u>Passivo</u>
Saldo inicial (*)	-
Incorporação de São João	4.903
Adições	353
Pagamento	(174)
Juros sobre arrendamento	105
Saldos em 31/12/2021	<u>5.187</u>

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento--Continuação

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade e pelas controladas indiretas da Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	110	445
2024	110	445
2025	24	445
2026	-	445
A partir de 2027	-	2.952
	244	4.732

12. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	3.562	19.401
Fornecedores	6.080	5.009	17.454
Taxas ANEEL	4.896	5.308	4.896
Contas a pagar – partes relacionadas	1.485	4.515	33.317
Seguros	50	34	801
Total	12.511	18.428	75.869
Passivo circulante	12.511	18.428	62.913
Passivo não circulante	-	-	12.956

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Os contratos celebrados entre as controladas indiretas do Leilão de Fontes Alternativas (LFA 2010) e a CCEE, estabelecem que sejam apuradas, em cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Como a geração das controladas indiretas foi abaixo do esperado, tais empresas deverão ressarcir a CCEE no quadriênio seguinte, no montante de R\$ 12.956.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2021		2020	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Debêntures privadas ISFIP (*)	Emissão Debêntures	CDI + 2,0% a.a.	-	-	-	286.929
Debêntures privadas Santo Ivo	Emissão Debêntures	CDI + 2,0% a.a.	-	-	-	8.088
Banco Bradesco S.A. (**)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	41.844	360.000	-	-
Banco Bradesco S.A. (***)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33% a.a.	20.483	168.859	-	-
			62.327	528.859	-	295.017
Despesa de contratação (**)			(403)	(2.653)	-	-
Total			61.924	526.206	-	295.017

(*) Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(**) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(***) A dívida acima é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado	
				2021	2020
				Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
Debêntures privadas ISFIP	Emissão Debêntures	CDI + 2,0% a.a.	Tangará	-	-
Debêntures privadas Santo Ivo	Emissão Debêntures	CDI + 2,0% a.a.	Tangará	-	-
BNDDES	BNDDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença I	6.203	43.855
BNDDES	BNDDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença II	6.185	43.725
BNDDES	BNDDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença III	6.186	43.728
BNDDES	BNDDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença IV	6.192	43.770
BNDDES	BNDDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Ventos de São Miguel	6.326	44.741
Banco Bradesco S.A. (****)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	Tangará	41.844	360.000
Banco Bradesco S.A. (****)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33% a.a.	Tangará	20.483	168.860
				93.419	748.679
				(403)	(2.653)
Despesa de contratação (**)				-	(1.717)
Gastos com investimentos sociais (***)					
Total				93.016	744.309

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(***) Refere-se a gastos destinados a investimentos sociais diversos dos estipulados para implantação do projeto financiado (Ventos de São Miguel).

(****) A dívida é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Saldo inicial (*)	295.017	331.526	295.017
Captação	-	18.300	-
Juros provisionados	26.189	14.611	30.712
Amortização – principal – com efeito caixa	(45.000)	(68.576)	(23.968)
Amortização do principal - sem efeito caixa (**)	(28.810)	-	(28.810)
Pagamento – juros – com efeito caixa	(20.916)	(844)	(25.371)
Adição por Incorporação – sem efeito caixa	721.145	-	930.223
Exclusão do mútuo por incorporação – sem efeito caixa	(55.393)	-	-
Exclusão do mútuo por consolidação – sem efeito caixa	-	-	(34.660)
Capitalização do mútuo ISFIP e Santo Ivo – sem efeito caixa	(301.045)	-	(301.045)
IOF provisionado	-	1	-
Pagamento – IOF	-	(1)	-
	591.187	295.017	842.098
Adição por Incorporação	(3.184)	-	(4.952)
Despesa de contratação (**)	127	-	127
Gastos com investimentos sociais (***)	-	-	52
Saldo final	588.130	295.017	837.325

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

(**) Devido a incorporação ocorrida em 01 de outubro de 2021 de São João Energética S.A. por Tangará Energética S.A. houve um encontro de contas entre saldos de ativo e passivo.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado semestralmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	BNDES	15 de março de 2030
São João – 1ª Emissão de Debêntures	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027
São João – 2ª Emissão de Debêntures	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027

Em 30 de setembro de 2021, a controladora liquidou integralmente as debêntures privadas com as partes relacionadas ISFIP e Santo Ivo, emitidas em 27 de dezembro de 2019. A operação tinha o vencimento em 30 de dezembro de 2025 para pagamento integral de juros e principal e foi contratada sem garantia ou covenants.

Em 19 de agosto de 2021, a empresa São João Energética S.A. emitiu duzentas mil debêntures públicas, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 200.000, com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI + 2,33 % a.a., com vencimento em 16 de dezembro de 2027 e com pagamentos de juros semestrais. Em 01 de outubro de 2021, o saldo devedor foi transferido para a controladora Tangará Energia S.A. através da incorporação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 25 de agosto de 2021, a empresa São João Energética S.A. liquidou antecipadamente a Cédula de Crédito Bancário – CCB contratada em 26 de novembro de 2020 no valor de R\$ 120.000. Essa CCB era remunerada a 100% do CDI + 3,58% a.a., com vencimento em 13 de novembro de 2023 e com pagamentos de juros semestrais.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2021, têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
Ano		
2023	70.880	101.204
2024	89.139	119.465
2025	57.720	88.045
2026	61.680	92.005
Após 2026	246.787	343.590
Total	526.206	744.309

Controladora

A Sociedade está sujeita as garantias dadas ao Banco Bradesco que incluem alienação fiduciária de dividendos além de covenants financeiros em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade está adimplente com todas as cláusulas. A Tangará Energia S.A. é fiadora deste contrato de empréstimo (oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021).

Controladas indiretas (Éolicas)

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas constantes nos contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas escrituras das debêntures. Estas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), o qual foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não existiram cláusulas restritivas em *default* para a Sociedade e suas controladas.

Controladas diretas (Hidrelétricas)

A Sociedade está sujeita as garantias dadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas garantias incluem, alienação fiduciária dos imóveis e ações, cessão dos recebíveis.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	638	2.455
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	1.439	1.727	2.664
Total impostos diretos	1.439	2.365	5.119
PIS - Programa de Integração Social	112	102	259
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	518	473	1.198
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	10	12	225
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	26	26	114
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	15	4	58
Retenções - Lei nº 10.833	8	8	99
Outros	449	33	685
Total impostos indiretos	1.138	658	2.638
Total - Impostos e contribuições a recolher	2.577	3.023	7.757

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências (Consolidado)

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Segue, abaixo, a movimentação das contingências prováveis provisionadas pelas controladas da Sociedade:

	Controladora			Total
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	
31 de dezembro de 2019	-	71	-	71
Adição	-	127	-	127
Baixa	-	(127)	-	(127)
Atualização	-	25	-	25
31 de dezembro de 2020	-	96	-	96
Adição	-	-	79	79
Baixa	-	(115)	-	(115)
Atualização	-	19	2	21
31 de dezembro de 2021	-	-	81	81

	Consolidado			Total
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	
31 de dezembro de 2019 (*)	-	71	-	71
Adição	-	127	-	127
Baixa	-	(127)	-	(127)
Atualização	-	25	-	25
31 de dezembro de 2020 (*)	-	96	-	96
Adição por incorporação	2.984	-	153	3.137
Adição	-	-	79	79
Baixa	-	(115)	-	(115)
Atualização	88	19	6	113
31 de dezembro de 2021	3.072	-	238	3.310

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2021, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos trabalhistas

Tangará

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui uma ação tributária, classificada como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 81 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2020).

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2021, há uma ação trabalhista classificada e provisionada como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 157 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2020).

b) Provisão para riscos cíveis

Rio Grande

Em 31 de dezembro de 2021, existem contingências classificadas e provisionadas pela Rio Grande como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 3.064 (R\$ 3.841 em 31 de dezembro de 2020), referente a quatro ações de desapropriação.

Santa Cândida II

Em 31 de dezembro de 2021, há uma ação trabalhista classificada e provisionada como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 8 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2020), referente a uma ação de desapropriação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2021, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis:

Tangará

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui uma execução fiscal e um processo administrativo tributário, bem como pedidos de restituição e compensação perante a Receita Federal Brasileira, classificadas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 4.219 (R\$ 3.140 em 31 de dezembro de 2020).

Rio Grande

Em 31 de dezembro de 2021, a Rio Grande possui três contingências classificadas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 1.307 (R\$ 973 em 31 de dezembro de 2020), referentes a uma ação indenizatória, uma execução fiscal e uma desapropriação.

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui sete ações trabalhistas classificadas por seus assessores jurídicos como sendo perda possível, no montante de R\$ 633 (R\$ 573 em 31 de dezembro de 2020).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

Ações cíveis

Renascença I

Em 31 de dezembro de 2021 existem dois processos, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 328 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020): (i) referente a uma ação indenizatória movida por Francisco de Oliveira contra a Renascença I e (ii) outro relativo à eventual condenação em honorários de sucumbência, referente a uma ação indenizatória.

Renascença II

Em 31 de dezembro de 2021 existe uma ação classificada como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 2.901, valor relativo à eventual condenação em honorários de sucumbência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), referente a uma ação indenizatória.

Renascença III

Em 31 de dezembro de 2021 existe uma ação classificada como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 2.901, valor relativo à eventual condenação em honorários de sucumbência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), referente a uma ação indenizatória.

Renascença IV

Em 31 de dezembro de 2021 existe uma ação classificada como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 2.901, valor relativo à eventual condenação em honorários de sucumbência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), referente a uma ação indenizatória.

Ventos de São Miguel

Em 31 de dezembro de 2021 existe uma ação classificada como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 2.901, valor relativo à eventual condenação em honorários de sucumbência (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), referente a uma ação indenizatória.

Cumprе esclarecer que o R\$ 2.901, mencionado para as empresas Renascenças e Ventos de São Miguel é relativo à eventual condenação em honorários de sucumbência, referente a uma única ação indenizatória, tem como partes envolvidas a Renascença I e para as Renascenças II, III, IV e Ventos de São Miguel, devendo ser contabilizado uma única vez.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras contas a pagar

A composição do outras contas a pagar é:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
MRE/CCEE	857	-	5.232
Provisão para desmobilização	-	-	5.020
Total	857	-	10.252
Passivo circulante	857	-	5.232
Passivo não circulante	-	-	5.020

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2021	2020
Saldo inicial	-	-
Atualização	108	-
Incorporação de São João por Tangará	4.912	-
Saldo final	5.020	-

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.277.649 (em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 106.510), dividido em 121.972.407.819 (cento e vinte e uma bilhões, novecentas e setenta e duas milhões, quatrocentas e sete mil, oitocentas e dezenove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 01 de outubro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a incorporação da São João à Tangará. Em razão da incorporação de São João, a Sociedade teve seu capital aumentado em R\$ 870.092, com a emissão 87.009.151.680 (oitenta e sete bilhões, nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, seiscentas e oitenta) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com base no valor do patrimônio líquido de São João, conforme balanço de incorporação (Nota 1).

Em 29 de setembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 301.045, com a emissão de 30.104.516.087 (trinta bilhões, cento e quatro milhões, quinhentas e dezesseis mil, oitenta e sete) ações ordinárias, sem valor nominal, com o objetivo de capitalização dos empréstimos entre a Sociedade e o ISFIP e Santo Ivo.

A cada ação ordinária é conferido um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A ação preferencial classe "R", inconversível em ações ordinárias, não tem direito a voto e goza das seguintes vantagens:

- (a) Recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social.
- (b) Prioridade, em caso de liquidação da Sociedade, no recebimento do capital e no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

O Estatuto Social determina que o não pagamento de dividendos previstos supra, por três exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais o direito a voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais.

Sem prejuízo dos direitos assegurados às ações preferenciais classe "R", elas poderão ser objeto de resgate pela Sociedade.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

O resgate das ações preferenciais classe “R” será realizada por deliberação da Assembleia Geral, nas condições previstas no Artigo 7º do estatuto social, sendo condicionado à integralização total de tais ações e se dará tendo referência a data início da operação da Usina, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, acordada, para os efeitos do resgate, em 31 de março de 2003.

O resgate das ações preferenciais classe “R” será em períodos trimestrais, em quantidade correspondente a 1/32 (um trinta e dois avos) do total das ações, a partir do 2º ano da data de início da operação comercial, acordada, para os efeitos de resgate, em 31 de março de 2003, devendo estar concluído em até 8 (oito) anos. O processo de resgate das ações preferencias classe “R” se iniciou e foi concluído antes da efetiva transferência das ações da Sociedade para a Turmalina Energética S.A., sendo certo que na data-base 31/12/2015, a totalidade menos uma das ações preferenciais classe “R” foram resgatadas pela Sociedade e mantidas em tesouraria e, nesta condição, a essas ações atualmente não têm direito a dividendo nem voto, conforme artigo 30, §4º da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações referente à atualização monetária do preço da ação entre a data de sua emissão e a data efetiva de sua integralização.

A reserva especial de ágio, registrada no patrimônio líquido de Tangará em setembro de 2017, foi constituída mediante a incorporação reversa de Tangará por Turmalina, na qual a controlada Tangará sucedeu a controladora Turmalina no direito de amortização, para fins fiscais.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme o CPC 27 e ICPC 10 foram alocados no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores são transferidos a conta de “lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2021 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de incentivos fiscais

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, laudo constitutivo nº 014/2015, o incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, concedendo à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024. Por questões administrativas da Receita federal, o benefício fiscal só pode ser utilizado a partir do segundo trimestre de 2017.

Em dezembro de 2017, esse benefício refletiu diretamente nas demonstrações financeiras. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos foram registradas na rubrica "Imposto de Renda" no resultado do exercício e na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais" no patrimônio líquido (Lei nº 11.638/07).

Em 15 de junho de 2015, Sociedade obteve o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, durante o período de 2015 a 2024. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ, a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9%, totalizando uma alíquota de IRPJ e CSLL de 15,25%.

e) Dividendos

O Estatuto Social determina que, após a destinação para a reserva legal (5% do lucro líquido do exercício, a qual não pode exceder de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76), o lucro líquido deve se destinar:

- (a) importância destinada ao Pagamento do Dividendo Fixo assegurado às ações preferenciais classe "R", nos termos do art. 6º, I, do Estatuto Social;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para o pagamento de remuneração aos acionistas. No caso das demais ações preferenciais, a remuneração será 10% (dez por cento) maior do que a atribuída aos titulares de ações ordinárias;
- (c) o saldo remanescente, se houver, será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Durante o exercício a Sociedade apresentou prejuízos acumulados.

Como em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Sociedade apresenta prejuízo acumulado, não foram constituídos dividendos.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Participação dos acionistas não controladores

2021

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
SPE Cristina	0,012%	20.512	954	2	-
RN Holding	0,012%	166.585	68.210	20	1
Total				22	1

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Receita operacional bruta			
Fornecimento de energia			
Venda de energia elétrica	159.610	136.846	218.295
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	-	-	16.495
Venda de energia elétrica - comercialização	-	19.865	-
Venda de energia elétrica - comercialização - partes relacionadas	33.289	208.573	28.540
Resultado com MRE/CCEE (*)	24.090	(8.493)	47.733
	216.989	356.791	311.063
Deduções da receita operacional bruta			
Impostos sobre a venda			
ICMS	(1)	-	(3.604)
PIS	(1.928)	(4.508)	(3.238)
COFINS	(8.892)	(20.771)	(14.930)
Receita operacional líquida	206.168	331.512	289.291

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Multas e juros sobre tributos	(4)	(25)	(11)
Perda do valor recuperável	(37.844)	-	(119.158)
Ganho (perda) na venda de ativos	93	(52)	(2.082)
Outros	190	1	46
Total	(37.565)	(76)	(121.205)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras	2.002	3.939	5.416
Juros sobre mútuos	-	3	-
Total	2.002	3.942	5.416
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos	14.187	-	18.710
Juros sobre mútuos	12.002	14.611	12.002
Juros sobre arrendamento	6	-	105
Despesas com letras de crédito	107	67	107
Variações monetárias e cambiais, líquidas	2	-	2
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	108
Outros	688	395	677
Total	26.992	15.073	31.711

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Corrente			
Imposto de renda	-	636	1.839
Contribuição social	1.439	1.728	2.418
Total do imposto corrente	1.439	2.364	4.257
Diferido			
Imposto de renda	7.099	678	7.099
Contribuição social	5.074	976	5.074
Total do imposto diferido	12.173	1.654	12.173
Total com despesas de impostos	13.612	4.018	16.430

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos da controladora e consolidado:

	2021	2020
Tributos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa	4.666	5.677
Provisões temporárias	164	176
Extensão Outorga - GSF	(5.991)	-
Custo atribuído ativo imobilizado	(5.999)	(840)
Total tributos diferidos, líquidos	(7.160)	5.013

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, foram reconhecidos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico da Sociedade.

	2021		2020	
	Base de cálculo	IR e CS	Base de cálculo	IR e CS
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	192.128	29.299	198.979	30.344
Provisões temporárias	1.074	164	1.152	176
(-) Créditos fiscais não constituídos	(161.529)	(24.633)	(161.749)	(24.667)
	31.673	4.830	38.382	5.853
Passivo				
Custo atribuído	45.907	9.974	45.907	7.000
(-) Depreciação/baixas	(18.295)	(3.975)	(17.077)	(2.604)
(-) Créditos fiscais não constituídos custo atribuído	=	=	(23.319)	(3.556)
Extensão Outorga - GSF	27.571	5.991	-	-
	55.183	11.990	5.511	840
Total IR diferido patrimonial		7.160		5.013

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Todas as controladas da Sociedade tributaram o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, exceto para as controladas Bioeletricidade Holding, Vista Alegre I, Vista Alegre II, RN Holding e Apollo Comercializadora, que foram tributadas pela sistemática do lucro real.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas Bioeletricidade Holding, Vista Algre I, Vista Alegre II, RN Holding e Apollo Comercializadora possuíam um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$, R\$ 15.030, e em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 10.461. O total dos prejuízos fiscais das controladas em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 44.208 (em 31 de dezembro de 2020 era de R\$30.772).

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição	(50.351)	30.131	(47.533)
	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (1)	17.144	(10.220)	16.185
Adições e exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(21.172)	-	-
Mais valia	(13.077)	1.434	(14.251)
Diferido - variação alíquota 25% para 6,25% (3)	(2.132)	2.034	(2.132)
Incentivo Lucro da exploração	3.904	4.073	3.904
Incentivos Fiscais – PAT	68	65	68
Lei do Bem	336	-	336
Diferencial tributação presumido	-	-	6.464
Crédito tributário diferido não constituído (4)	-	-	(28.322)
Reversão (constituição) de créditos fiscais (2)	1.317	(1.412)	1.318
Outros	-	8	-
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	(13.612)	(4.018)	(16.430)

(1) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

(2) A controlada, representado, substancialmente, pelo reconhecimento contábil do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporárias. Constituído com base na expectativa de realização futura.

(3) A variação na alíquota se refere à diferença do reconhecimento de alíquota nominal e do reconhecimento da alíquota reduzida em função do Lucro da Exploração. Este diferido é calculado com alíquota de 15,25% e a alíquota nominal do IRPJ/CSLL é de 34%, e conseqüentemente ocasionando uma variação, que foi reconciliada para fins de registro dos impactos das diferenças temporárias de IRPJ/CSLL na demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(4) As controladas optantes do lucro real, em 2021, não constituíram créditos tributários diferido em função da falta da expectativa da efetiva geração de lucros tributáveis futuros.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Ativo				
Contas a receber				
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	1.669	6.888	-
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	41	-	12.370
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	-	663	847
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(a)	8.887	-	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	35	-	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	23	-	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	23	-	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	23	-	-
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(a)	35	-	-
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(a)	35	-	-
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(a)	35	-	-
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(a)	35	-	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(a)	1.893	-	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	35	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	-	369	-
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(a)	2	-	2
Itiquira Energética S.A.	(a)	2	-	2
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	2.126	-	-
		14.899	7.920	13.221
Dividendos a receber				
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(b)	16.198	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(b)	3.229	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(b)	2.161	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(b)	227	-	-
		21.815	-	-
Mútuos a receber				
Apollo Comercializadora Ltda.	(c)	-	31.660	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(c)	3.000	3.000	-
Pérola Energética S.A.	(c)	100.386	-	100.386
Santo Ivo Energética S.A.	(c)	-	-	389
		103.386	34.660	100.775
Passivo				
Contas a pagar				
Apollo Comercializadora Ltda.	(d)	-	4.515	-
Brasil Central Energia Ltda.	(d)	-	-	54
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	17	-	31.229
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(d)	1.092	-	1.092
Itiquira Energética S.A.	(d)	376	-	376
Phoenix Geração de Energia S.A.	(d)	-	-	556
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(d)	-	-	10
		1.485	4.515	33.317
Dividendos a pagar				
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(e)	-	-	38
		-	-	38
Mútuos a pagar				
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(f)	-	286.929	-
Santo Ivo Energética S.A.	(f)	-	8.088	-
		-	295.017	-

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Receita				
Venda de energia				
Brookfield Energia Renovável S.A.	(g)	-	-	13.980
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	2.515
		-	-	16.495
Receita				
Venda de energia (comercialização)				
Apollo Comercializadora Ltda.	(h)	29.899	90.674	25.150
Brookfield Energia Renovável S.A.	(h)	-	59.453	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(h)	-	22.086	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(h)	-	10.756	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(h)	-	3.438	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(h)	-	12.035	-
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(h)	-	273	-
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(h)	-	109	-
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(h)	-	225	-
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(h)	-	186	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(h)	-	223	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(h)	-	4.542	-
Itiquira Energética S.A.	(h)	-	2.337	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(h)	709	1.314	709
Savana Geração de Energia S.A.	(h)	2.681	922	2.681
		33.289	208.573	28.540
Receitas financeiras				
São João Energética S.A.	(i)	-	4	-
		-	4	-
Custo				
Compra de energia				
Brasil Central Energia Ltda.	(j)	-	-	639
Brookfield Energia Renovável S.A.	(j)	-	-	15.850
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(j)	-	-	3.928
		-	-	20.417
Custo				
Compra de energia (comercialização)				
Apollo Comercializadora Ltda.	(k)	23.817	44.492	8.499
Brookfield Energia Renovável S.A.	(k)	-	59.753	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(k)	12.860	13.665	12.860
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(k)	-	640	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(k)	-	2.905	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(k)	-	1.136	-
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(k)	-	716	-
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(k)	-	221	-
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(k)	-	816	-
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(k)	-	478	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(k)	-	685	-
Itiquira Energética S.A.	(k)	4.429	48.524	4.429
Phoenix Geração de Energia S.A.	(k)	-	330	-
Savana Geração de Energia S.A.	(k)	-	1.867	-
		41.106	176.228	25.788
Serviço de ADM				
Brookfield Energia Renovável S.A.	(l)	914	749	1.684
		914	749	1.684
Despesas financeiras				
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(m)	11.744	14.310	11.744
Santo Ivo Energética S.A.	(m)	258	297	258
São João Energética S.A.	(m)	-	4	-
		12.002	14.611	12.002

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (f) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (h) Venda de energia elétrica, acima da Garantia Física, para outras empresas do grupo;
- (i) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (j) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (k) Compra de energia elétrica, para operações acima da Garantia Física, de outras empresas do grupo;
- (l) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (m) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 375.416 (R\$ 582.111 em 31 de dezembro de 2020).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019.

Controladas em operação

A Sociedade e suas controladas têm como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo.

Abaixo o resumo das coberturas dos ativos em operação separados por grupo de geração, PCHs, Biomassas e Eólicas:

PCHs – Tomador Tangará Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2020).

Biomassas – Tomador Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.

Em 31 de dezembro de 2021, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 600.000 (R\$ 600.000 em 31 de dezembro de 2020).

Eólicas – Tomador Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 1.100.000 (R\$ 1.100.000 em 31 de dezembro de 2020).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	15.079	15.079	-	27.431	27.431
Mútuos a receber	103.386	-	103.386	34.660	-	34.660
Depósitos judiciais	-	13	13	-	-	-
Contas a receber	31.380	-	31.380	23.046	-	23.046
Dividendos a receber	21.815	-	21.815	-	-	-
	156.581	15.092	171.673	57.706	27.431	85.137

Ativos financeiros	Consolidado		
	2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	68.033	68.033
Mútuos a receber	100.775	-	100.775
Contas a receber	67.999	-	67.999
Depósitos judiciais	-	476	476
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	14.472	14.472
	168.774	82.981	251.755

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2021	2020
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	12.511	18.428
Arrendamento	354	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	588.130	295.017
	600.995	313.445

	Consolidado
	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar	75.869
Arrendamento	5.187
Dividendos a pagar	38
Empréstimos, financiamentos e debêntures	837.325
	918.419

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2021 e 2020.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	68.033
Depósitos restituíveis e valores vinculados	14.472

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, possuem garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco de geração (Usinas biomassas)*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras termelétricas à biomassa depende diretamente da energia efetivamente gerada pela queima do bagaço de cana de açúcar.

Quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Sociedade deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo, o custo de aquisição pode ser, em dados momentos, maior que a receita de contratos, gerando perdas para as controladas da Sociedade.

Para a mitigação do risco de geração, as controladas da Sociedade gerenciam a disponibilidade de combustível, oportunidades de adequação dos montantes contratos à expectativa de geração e oportunidades de compra de energia no mercado.

vii) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco hidrológico*--Continuação

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor (GSF)*, fazendo com que as controladas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, as controladas da Sociedade controlam o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

viii) *Risco de geração (Usinas eólicas)*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras eólicas depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia da geradora eólicas, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Sociedade.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Sociedade deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para a mitigação do risco de geração, as controladas da Sociedade gerenciam a disponibilidade dos parques geradores, mantendo altos padrões de operação e manutenção.

ix) *Risco de não renovação da autorização*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

ix) *Risco de não renovação da autorização*--Continuação

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

x) *Risco de não renovação da autorização (Usinas biomassas)*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração de serviços de geração de energia elétrica proveniente de usinas termelétricas movidas à biomassa. Apenas a Lei nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art.26, estabelece que os empreendimentos de biomassa que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).